



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Castro – Estado do Paraná

## ATA DE REUNIÃO

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, compareceram a esta 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Castro, Estado do Paraná, o senhor **Elio Alves Cardoso**, presidente da Câmara Municipal de Carambeí, a senhora **Grazielle Hyczy Lisboa Gualdessi**, procuradora jurídica da Câmara Municipal de Carambeí, a senhora **Johanna Regina de Macedo Nogueira**, secretária municipal de assistência social de Carambeí, fone (42) 98812-5014, e a senhora **Leonice Silveira**, procuradora-geral do Município de Carambeí, a fim de participarem de reunião para instrução dos autos de Inquérito Civil nº MPPR-0031.19.000236-5.

Que pela procuradora-geral foi informado que em relação aos cargos que precisam ser providos para adequação das equipes do Creas e Cras é necessária a criação apenas dos cargos de educador social, pois os de assistente social e de agente administrativo já existem. Que informou que ontem foi apresentado o projeto de lei para a Câmara Municipal para criação de 4 (quatro) cargos de educador social, de modo a totalizar 16 (dezesesseis) cargos, protocolado sob o n.º 402/2022, que foi recebido como projeto de lei ordinária n.º 32/2022 e fornecida cópia neste ato. Que a procuradora jurídica da Câmara Municipal, ao analisar o projeto de lei, constatou que no impacto orçamentário faltou informar o atual índice de gasto com pessoal, de modo que o Poder Executivo, por meio da procuradora-geral, se compromete a encaminhar ao Poder Legislativo tal informação. Que foi esclarecido pela procuradora da Câmara que o processo legislativo tem previsão de tramitar por 3 (três) semanas, contando a leitura do projeto em Plenário, a deliberação pelas Comissões e a votação em Plenário, ressalvada a possibilidade de pedido de vista por algum vereador, situação que poderá atrasar a finalização do processo. Que a Câmara



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Castro - Estado do Paraná

Municipal não tem interesse em assinar o termo de ajustamento de conduta. Que a procuradora-geral do Município informou que o procedimento administrativo para contratação de empresa para organizar o concurso público já está em andamento, mas não houve a publicação de edital, havendo previsão de que a contratação da empresa ocorra em até 60 (sessenta) dias. Que estima que o concurso público, inclusive com homologação do resultado, deverá estar encerrado até o final do ano. Que estima que a posse dos aprovados deverá se dar no mês de janeiro de 2023. Que, em razão do assessor jurídico da prefeita municipal estar em férias, o Município se compromete a se pronunciar sobre a aceitação, recusa ou alteração do compromisso de ajustamento de conduta no prazo de 30 (trinta) dias. Nada mais foi dito, dando-se por encerrada a presente reunião.

Castro, 18 de agosto de 2022.

**LUIZ ALEXANDRE PRESTES DE SOUZA**  
Promotor de Justiça

*2022*  
  
**ÉLIO ALVES CARDOSO**  
Presidente da Câmara  
Municipal

**JOHANNA REGINA DE MACEDO  
NOGUEIRA**  
Secretária de Assistência Social

**LEONICE SILVEIRA**  
Procuradora-Geral do  
Município

**GRAZIELLE HYCZY LISBOA GUALDESSI**  
Procuradora Jurídica da Câmara Municipal